

Jane Araújo



Cláudia Lyra, secretária-geral adjunta da Mesa, leva documentos ao gabinete de João Alberto

Mesa representa ao Conselho de Ética contra três senadores

De posse de documentos enviados por Renan Calheiros, colegiado se reúne no próximo dia 5 para discutir denúncias da CPI

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar recebeu ontem representações da Mesa do Senado Federal para abertura de processo disciplinar contra os senadores Ney Suassuna, Magno Malta e Serys Slhessarenko. Em relatório preliminar, a CPI dos Sanguessugas apontou indícios de participação desses três parlamentares na venda superfaturada de ambulâncias pela empresa Planam a prefeituras. Antes de enviar as representações



Magno Malta protesta contra inclusão de seu nome no relatório da CPI dos Sanguessugas

ao conselho, o presidente da Casa, Renan Calheiros, ouviu cada um dos membros da Mesa, inclusive os que se encontravam fora de Brasília. O Conselho de Ética se reúne no próximo dia 5 de setembro para analisar o caso. O advogado-geral

do Senado, Alberto Cascais, observou que o processo disciplinar pode levar à cassação dos senadores, mas que há outras penas previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar. **Página 3**

Célio Azevedo



O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, João Alberto (à direita, entre Romeu Tuma, Demostenes Torres e César Borges), procura entre os integrantes do colegiado um relator para o processo contra Magno Malta

Usuário de drogas terá pena alternativa em vez de prisão

Em vez de detenção, penas alternativas para os usuários de drogas, aplicadas por juizados especiais criminais. Essa é uma das principais inovações da nova Lei Antídotos (nº 11.343), sancionada na quarta-feira pelo presidente Lula, e que entrará em vigor dentro de 45 dias. A nova legislação não descriminaliza nenhum tipo de droga e amplia de três para cinco anos o tempo mínimo de reclusão do traficante.

De iniciativa do Senado, a legislação, publicada ontem no *Diário Oficial*, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), que terá o objetivo de coordenar as atividades de prevenção, tratamento e reinserção social de usuários e

dependentes, e de repressão ao tráfico. A partir da vigência da nova lei, não poderá mais ser preso quem “adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo drogas para consumo pessoal”, sem autorização legal.

Romeu Tuma (PFL-SP), ao relatar o projeto (PLS 115/02) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em junho, disse que o encaminhamento dos usuários ao juizado especial segue a linha de não-estigmatização e da melhor solução dos conflitos de menor potencial ofensivo.

– A prisão não é o lugar apropriado para o usuário. Ele deve ser alvo de medidas de caráter educativo e não de encarceramento. (Com Agência Brasil)

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão não-deliberativa começa às 9h

A sessão de hoje tem início previsto para as 9h e será de caráter não-deliberativo, destinada à leitura de expediente e a discursos dos senadores. As sessões da próxima semana também são não-deliberativas. Os senadores retomam a análise de proposições na primeira semana de setembro, quando ocorrerá o período de esforço concentrado.

Especial discute as mudanças após o Estatuto do Idoso

A TV Senado apresenta hoje, às 22h45, o especial *Estatuto do Idoso*, que analisa as mudanças na vida de quem já passou dos 60 anos desde que o Estatuto foi sancionado, em 2003. Especialistas falam dos desafios para essa parcela significativa da população que deve chegar, em cinco anos, a 20 milhões de pessoas. A atração tem reprises amanhã, às 16h e às 21h30, e no domingo, às 22h.

Animais em Foco

A partir de segunda-feira, a mostra de fotografias *Animais em Foco* poderá ser vista na Senado Galeria, no andar térreo do Anexo I do Senado. As fotos estarão expostas até 14 de setembro e o horário de visita é de 9h às 18h.

Propriedade intelectual

Na segunda-feira, às 14h30, tem início o 26º Seminário Nacional da Propriedade Intelectual, no Hotel Blue Tree Alvorada. Wellington Salgado (PMDB-MG) será moderador no primeiro painel. O encontro segue até a quarta-feira.

“Com esses ataques nefastos e mentirosos, era para eu estar encolhido. Mas nada me faz calar ou mete medo, porque a verdade está comigo”, garante senador acusado

Malta protesta contra inclusão de seu nome no relatório da CPI

Magno Malta (PL-ES) voltou a protestar contra a inclusão de seu nome na lista de denunciados pela CPI dos Sanguessugas – que apura irregularidades na compra de ambulâncias com verbas de emendas parlamentares – e a reivindicar amplo direito de defesa junto ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Em discurso ontem, além de negar, mais uma vez, qualquer envolvimento nesse episódio, Malta disse estar recebendo mensagens de solidariedade de todo o país e sustentou que “só Deus” teria condições de tirar o

seu mandato.

– Com esses ataques nefastos e mentirosos, era para eu estar encolhido. Mas nada me faz calar ou mete medo, porque a verdade está comigo e eu confio em Deus.

O parlamentar voltou a negar que tenha apresentado emenda ao Orçamento para a compra de ambulâncias superfaturadas e que conheça o empresário Luiz Antônio Vedoin, dono da empresa Planam. “Meu único crime foi não ter a capacidade de adivinhar que a *van* emprestada a mim em 2003 pelo deputado Lino Rossi – também denunciado pela CPI

dos Sanguessugas – tivesse sido dada por Vedoin a Rossi em 2001”, afirmou.

Sem ter sido ouvido pela CPI dos Sanguessugas, Magno Malta disse haver enviado sua defesa por escrito à comissão. O senador queixou-se, entretanto, de que o documento não foi considerado na elaboração do relatório parcial pelo senador Amir Lando (PMDB-RO).

Segundo informou, Lando teria ligado para ele, na véspera da apresentação do relatório, e dito estar mais do que convencido de sua inocência.

Alvaro: a sociedade cobra pressa na apuração dos fatos

A tradição do Senado é ser implacável em casos de corrupção que envolvam os seus membros, disse ontem Alvaro Dias (PSDB-PR) tão logo tomou conhecimento da decisão da Mesa diretora de enviar ao Conselho de Ética representações contra os três senadores acusados de envolvimento com a máfia das ambulâncias.

Em entrevista à Agência Senado, Alvaro afirmou que a Mesa, ao protocolar no Conselho de Ética representações contra Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES) e Serys Slhessarenko (PT-MT) – e não apenas uma denúncia, como havia feito na última terça-feira –, abre caminho para que se apure de forma rápida se houve ou não quebra de decoro parlamentar.



Alvaro afirma que a tradição do Senado é ser implacável em casos de corrupção

– O Senado tem obrigação de dar uma resposta rápida à sociedade, que cobra pressa na apuração dos fatos – salientou.

Para Alvaro, se for comprovada a culpa dos senadores acusados, “é necessária uma punição com

todo o rigor”. Ele observou que os processos disciplinares a serem instaurados, “com amplo direito de defesa”, poderão resultar em cassação de mandatos.

Na terça-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, remeteu ao Conselho de Ética denúncias contra os três senadores. A decisão causou estranheza a alguns membros do colegiado, entre eles o vice-presidente, senador Demostenes Torres (PFL-GO), que chegou a apresentar parecer solicitando a devolução à Mesa dos processos contra os senadores a fim de que fossem reenviados ao colegiado na forma de representação, instituto que permite apuração mais rápida dos fatos, sem a necessidade de novas investigações.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Roberto Cavalcanti, Eduardo Suplicy e Magno Malta

Presidente do Senado adota medida para reduzir prazos de processos relativos a três senadores citados no esquema de compra de ambulâncias

Renan envia ao Conselho de Ética representação contra senadores

O presidente do Senado, Renan Calheiros, enviou ontem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar representações da Mesa para abertura de processo disciplinar por quebra de decoro contra os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES) e Serys Slhessarenko (PT-MT). Os três tiveram seus nomes incluídos no relatório preliminar da CPI dos Sanguessugas por haver indícios ou provas da participação deles na chamada máfia das ambulâncias.

O conselho havia recebido da Presidência do Senado denúncia contra os senadores para iniciar investigações preliminares, mas na quarta-feira devolveu os processos por entender que a CPI, a Polícia Federal, o Ministério Público e o Supremo Tribunal Federal já haviam realizado investigação preliminar. Essa decisão do conselho tinha o objetivo justamente de fazer com que a Mesa do Senado enviasse novamente o relatório da CPI mista em forma de representação para a abertura de processo disciplinar, reduzindo-se, assim, os prazos para o julgamento.

Na quarta-feira, Renan enviou ofício aos integrantes da Mesa diretora da Casa, indagando sobre o procedimento a adotar, em consequência da devolução dos processos pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ausentes de Brasília, alguns senadores

responderam por escrito.

Pressa

De posse dessas respostas, o presidente do Senado reencaminhou o caso ao conselho, como representações. O presidente do conselho, senador João Alberto (PMDB-MA), conversou por telefone com o presidente do Senado. Ele quer encerrar esses processos em 20 dias no máximo.

O pedido de representação foi protocolado às 9h30 no Conselho de Ética e, em seguida, a secretária-geral adjunta da Mesa do Senado, Cláudia Lyra, e o advogado-geral da instituição, Alberto Cascais, levaram o documento ao gabinete do presidente do Conselho de Ética, senador João Alberto Souza.

– Já foi feita toda a autuação necessária dos processos e, neste

momento, nós os estamos deixando no gabinete do senador João Alberto para que ele adote as decisões necessárias – afirmou Cláudia Lyra.

O advogado-geral do Senado lembrou que o processo disciplinar pode levar à cassação de mandato dos senadores, mas que há outras penas previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar. Ele se referia às punições de advertência, censura verbal ou escrita e perda temporária do exercício do mandato.

– Com a representação feita pela Mesa, instaura-se o processo perante o Conselho de Ética. O processo pode concluir pela cassação de mandato ou outra pena, que será decidida apenas pelo Plenário do Senado – explicou Alberto Cascais.



Cláudia Lyra protocola o pedido de representação no Conselho de Ética

Resolução prevê quatro medidas disciplinares

Os senadores estão sujeitos a quatro medidas disciplinares, de acordo com a Resolução 20, de 1993, do Senado Federal, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar. Essas medidas são: advertência, censura, perda temporária do exercício do mandato e perda do mandato.

A advertência é uma medida disciplinar de competência do presidente do Senado, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de uma comissão; já a censura pode ser verbal ou escrita e também é aplicada pelo presidente da Casa e demais órgãos encarregados de punir com a advertência.

A perda temporária do mandato ocorre quando o senador reincidir nas práticas que o levaram

a sofrer advertência, tais como: perturbar a ordem das sessões ou reuniões, praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da Casa, deixar de observar os deveres inerentes ao mandato e ao regimento interno e praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa no edifício do Senado ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou comissão, ou os respectivos presidentes.

Também estará sujeito à perda do mandato temporário o senador que praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do regimento interno ou do Código de Ética, bem como revelar conteúdo de debates ou deliberações que o Senado ou uma comissão

tenha resolvido que fiquem secretos. Revelar informações de documentos oficiais de caráter reservado também é motivo de perda temporária do exercício do mandato.

Serão punidos com a perda definitiva do mandato os senadores que desobedecerem os preceitos estabelecidos no artigo 55 da Constituição. Entre as determinações constitucionais para a perda do mandato estão: procedimento incompatível com o decoro parlamentar; e condenação criminal com sentença transitada em julgado. A perda definitiva do mandato é decidida por votação secreta do Plenário e o quórum exigido é de maioria absoluta de votos: 41 senadores.



João Alberto (D), ao lado de Demostenes Torres, espera agilidade em processos

João Alberto designará novo relator para processo contra Magno Malta

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador João Alberto Souza, deve designar novo relator para o processo disciplinar contra o senador Magno Malta (PL-ES) até a próxima segunda-feira, devido à decisão do senador Sibá Machado (PT-AC) de não assumir a função. Os candidatos à relatoria são os senadores Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Segundo João Alberto, entre os 15 membros do conselho, esses são os únicos senadores que, por exclusão, podem ser relatores.

– Não vou nomear nenhum membro do PMDB ou do PT porque há senadores sob investigação desses dois partidos. O Tuma [Romeu Tuma, do PFL de São Paulo] já é corregedor do Senado e não pode pegar relatoria,

eu estou na presidência do conselho, dois senadores [Demostenes Torres e Jefferson Péres] já estão relatando, Heráclito [Fortes] e Sérgio [Guerra] não querem, Antero [Paes de Barros] foi citado [na CPI dos Sanguessugas]. Só restaram o Leonel, o Mozarildo e o Juvêncio, que também estão em campanha política, mas um deles terá que pegar a relatoria – explicou João Alberto, em entrevista exclusiva à Agência Senado.

A próxima reunião do Conselho de Ética está marcada para o dia 5 de setembro. Mas para não atrasar o andamento dos trabalhos, João Alberto determinou à secretaria do Conselho de Ética que autuas-se os processos e os encaminhasse aos respectivos relatores.

– Não haverá atraso porque as providências já foram tomadas para que os processos tenham andamento no conselho – disse.

Para Demostenes, acusados não podem mais renunciar ao mandato

Segundo o vice-presidente do Conselho de Ética, Demostenes Torres, os senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta não poderão mais renunciar ao mandato, porque os processos que pesam contra eles já foram instaurados pela Mesa do Senado e protocolados no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na forma de representação.

Demostenes afirmou que, mesmo com a renúncia ao mandato, o processo contra os senadores continuaria e teria efeitos secundários posteriormente, podendo, inclusive, resultar na perda dos direitos políticos. Ele citou o artigo 20 do Código de Ética e Decoro Parlamentar, instituído pela Resolução 20/93, do Senado Federal, que diz: “O processo

disciplinar regulamentado neste código não será interrompido pela renúncia do senador ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis aos seus efeitos”.

Para o advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, os senadores Magno Malta, Ney Suassuna e Serys Slhessarenko poderão renunciar sem perder direitos políticos enquanto não forem iniciados os processos de cassação de seus mandatos. Na interpretação de Cascais, que concedeu ontem entrevista coletiva, tais processos só têm início após despacho nesse sentido do presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, João Alberto Souza, o que ainda não ocorreu. Essa interpretação contraria a do senador Demostenes Torres.

Senador apóia conjunto de propostas apresentado ontem ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Suplicy destaca metas para desenvolvimento do Brasil até 2022

Eduardo Suplicy (PT-SP) comen- tou ontem em Plenário as metas para o desenvolvimento econômico e social do país nos próximos anos, constantes de documento apresen- tado pelo ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). O texto recebeu contribuições de membros do CDES, do governo e da Fundação Getúlio Vargas.

Suplicy concordou com várias sugestões do documento visando à modernização do sistema político nacional, como a de fortalecimento da utilização do plebiscito, do referendo e das iniciativas populares. Ele ainda disse apoiar a proposta da reforma partidária e do financiamen- to público de campanhas.

Com relação aos enunciados do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, o senador se mostrou de acordo com a meta de crescimento médio anual de 6% do produto interno bruto até 2022 e com outras proposições voltadas

para a diminuição da desigualdade social. Suplicy, no entanto, fez um reparo ao texto por não mencionar os programas de transferência dire- ta de renda, já previstos em lei.

– Refiro-me à Lei 10.835, que diz que iremos implantar no Brasil, co- meçando pelos mais necessitados, a renda básica de cidadania, o direito de toda pessoa, não importa a ori- gem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, de rece- ber uma modesta renda como um direito à cidadania – ressaltou.



Suplicy quer programa de renda básica de cidadania entre as propostas

Cavalcanti apela a José Alencar por inclusão de bacias em licitação da ANP

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) pediu ontem que o vice-presidente da República, José Alencar, apóie a inclusão da bacia marítima Pernambuco-Paraíba e da bacia do rio do Peixe na 8ª Rodada de Licitação dos Blocos Exploratórios da Agência Nacional do Petróleo (ANP), prevista para novembro. No último dia 8, também em Plenário, o senador já havia feito o mesmo apelo ao go- verno federal, condenando a ANP por não incluir as duas áreas.

Da tribuna, Roberto Cavalcanti disse que a Paraíba é um estado com poucas riquezas naturais e, sendo assim, a exploração de poços de petróleo poderia trazer diversos benefícios para a região. Ele con- clamou a população e a imprensa de seu estado a cobrar o apoio do vice-presidente ao pleito de re- visão dos critérios que excluíram Pernambuco e Paraíba da próxima rodada de licitações.

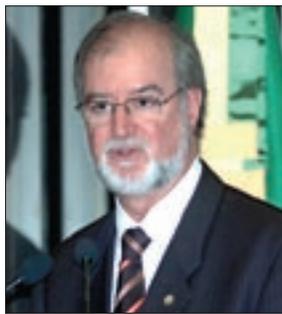
– O quadro econômico da Pa-

raíba é de extrema dificuldade. A ocorrência de petróleo é de extrema importância para a economia do estado. Os investimentos federais na Paraíba são poucos – afirmou.

A 8ª Rodada de Licitação, a ser realizada pela ANP nos dias 28 e 29 de novembro, no Rio de Janeiro, ofertará 284 blocos em 14 setores nas bacias sedimentares Barreirinhas, Espírito Santo, Pará-Maranhão, Pelotas e Santos, Sergipe-Alagoas e Tucano Sul.



Exploração de poços de petróleo será fundamental à Paraíba, justifica Cavalcanti



Data seria comemorada em 8 de julho, sugere Azeredo

Azeredo propõe criar o dia do pesquisador

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) quer instituir a data de 8 de julho como o Dia Nacional do Pesquisador, a ser comemorado todo ano. Projeto nesse senti- do (PLS 173/06) aguarda deliberação na Comissão de Educação, onde será votado em decisão termi- nativa. Relator da maté- ria, Flávio Arns (PT-PR) tem parecer favorável à iniciativa.

Em defesa do projeto, Azeredo diz que, numa época chamada de “era do conhecimento”, em que cresce a importân- cia da pesquisa e da inovação tecnológica, é importante criar uma data nacional para homenagear os pesquisa- dores e para que sirva também de reflexão so- bre as contribuições e as necessidades da pesqui- sa brasileira.

Homenagem

Na justificativa do pro- jeto, o senador lembra que, em 8 de julho de 1948, Paulo Sawaya, José Reis e Maurício da Rocha e Silva, entre ou- tros cientistas, criaram a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ci- ência (SBPC).

Eduardo Azeredo também recorda que a ata de fundação da SBPC estabelecia como objetivos estimular o tra- balho científico e melhor articular a ciência com os problemas de inte- resse geral, relativos à indústria, à agricultura, à medicina e à economia. Daí por que o parlamen- tar entende que, para co- memorar o Dia Nacional do Pesquisador, “nada melhor do que a data de criação da SBPC”.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Dados apresentados pelo senador em Plenário apontam para a desaceleração da economia no segundo trimestre deste ano

José Jorge alerta para queda na renda e avanço do desemprego

José Jorge (PFL-PE) usou ontem a tribuna para tratar de pesquisas recentes que apontam a alta do desemprego em julho e a queda da renda e do poder de compra dos brasileiros. De acordo com o parlamentar, levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que a taxa de desemprego nas seis regi- ões metropolitanas do país subiu de 10,4% em junho para 10,7% em julho. Segundo a mesma pes- quisa, disse, o contingente total de desempregados foi, em julho, de 2,4 milhões de pessoas.

A renda do trabalhador, pros- seguiu José Jorge, também teria “decepcionado”: foi registrada, no mês passado, a primeira queda (0,7%), após cinco altas conse- cutivas. Além disso, a economia brasileira desacelerou no segundo trimestre deste ano, puxada para baixo, principalmente, pela crise da agricultura e pela queda da atividade industrial (1,7% em relação a maio).

O senador lamentou que a maior taxa de desemprego tenha sido observada no Recife (15,3%) e criticou o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que teria colocado em xeque a credibilidade da pesquisa do IBGE, ao declarar que não entendia como o instituto, órgão oficial, encontrou os núme- ros apontados.

Na opinião de José Jorge, o pre- sidente Luiz Inácio Lula da Silva continua demonstrando desconhe- cer o que se passa no país.



Na opinião de José Jorge, o presidente Lula demonstra desconhecer a realidade do país

Heráclito critica participação do ministro da Saúde em “apitação”

A participação do ministro da Saúde, José Agenor Álvares da Silva, em manifestação de pro- testos popularmente chamada de “apitação”, organizada ontem por médicos residentes em Juiz de Fora (MG), causou estranheza ao senador Heráclito Fortes (PFL-PI). O “apitação” aconteceu durante a solenidade de inauguração do Centro de Atenção à Saúde, da Universidade Federal de Juiz de Fora, para reivindicar aumento de salário, melhores condições de ensino, entre outros pleitos.

– O ministro tem o direito de protestar num caso como esse, mas tinha o dever de apresentar solução, porque a caneta da solução desse problema está na mão dele. No entanto, o país teria aplaudido se o ministro da Saúde protestasse contra os sanguessugas que proliferaram no seu ministério. Protestasse de uma maneira bem simples: demitisse os envolvidos – sugeriu. Heráclito assinalou que, ao con-

trário, na quarta-feira, no congresso de santas casas realizado em Bra- sília, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, “mandou [como representante] o ex-secretá- rio-geral do Ministério da Saúde, que é o sanguessuga segundo, o testa-de-ferro do ex-ministro Hum- erto Costa”.

– Houve uma curiosidade de toda a imprensa, um mal-estar, e o presidente, na última hora, trocou o seu representante – disse.



Heráclito: “O ministro pode protestar, mas tem o dever de apresentar soluções”